

Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras: identidade e território numa releitura da própria trajetória

Felipe Alves Oliveira¹; Amanda Medeiros²; Vico Mendes Pereira Lima³; José Francisco Gomes⁴

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo pesquisar e levantar, junto aos membros da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras, um resgate memorial e histórico de seu passado; trabalho que não se restringiu à mera narração objetiva de fatos, mas que superou expectativas resultando numa mudança de perspectiva. O processo de autocompreensão a partir da revisão da própria história proporcionou um novo olhar da Comunidade sobre a sua trajetória no sentido de reconhecer os avanços na esfera da luta política e jurídica para garantia de seus direitos e de sua cidadania. Assim, a pesquisa teve como resultado maior a catalisação de um processo de autoafirmação dos membros da comunidade quilombola como os protagonistas de sua luta pelo acesso ao Território que lhes pertence de fato e por direito.

Através da adoção de metodologias quantitativas o resgate histórico foi feito por meio de contação de história oral, tendo como referência um resumo do Relatório Antropológico da Comunidade_ estudo documental exigido no processo de identificação das comunidades quilombolas_. Além disso, foi aplicada em um segundo momento a técnica de grupo focal para levantamento das expectativas quanto aos rumos futuros da comunidade.

Como resultado do trabalho, além da mudança na compreensão que a comunidade tem de si mesma, foi produzida uma cartilha como parte da coleção “Terra de Quilombos”, dando publicidade ao processo de luta e resistência dos Marobá dos Teixeiras.

Palavras-chaves: Comunidade Quilombola, autorreconhecimento, Território, luta.

Introdução

Os quilombos, originalmente, eram comunidades de resistência formadas por escravos, mulheres, jovens, crianças, que com muita determinação conseguiam fugir de seus senhores e das condições subumanas impostas pela crueldade da

1 Graduando em Engenharia Agrônômica. IFNMG/*Campus Almenara*. Bolsista de Iniciação Científica pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Email: felipealves332@gmail.com

2 Bacharela em Ciências do Estado e Governança Social, UFMG. Assessora Territorial de Gestão Social pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Email: amandacm.tur@hotmail.com

3 Orientador. Professor do IFNMG/*Campus Almenara*. Engenheiro Agrícola, D. Sc. Ciências do Solo. E-mail: vico.lima@ifnmg.edu.br

4 Licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, UFMG. Assessora Territorial de Inclusão Produtiva pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Email: zefranciscopp@gmail.com

escravidão, e que se reuniam em comunidades escondidas nos altos de morros, grotões, etc. para garantir a defesa e sobrevivência do grupo. Alguns ainda, surgem após a abolição em 1888 a partir da ocupação de áreas despovoadas por grupos de ex-escravos que de igual forma buscavam meios de sobrevivência.

Segundo relatos dos membros da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras (Almenara-MG), o patriarca João Teixeira de Souza conquistou a liberdade fugindo da escravidão na região de Diamantina enfrentando toda sorte de riscos. Ao chegar à região de Almenara, em 1870, assentou posse inicialmente à margem direita do Rio Jequitinhonha e, posteriormente passou a ocupar uma grande área também à margem esquerda, terras que constam de seu inventário e nas quais hoje vivem 25 famílias, seus descendentes.

Porém, após a morte de seu fundador, todo o território constante do inventário foi vendido como terras devolutas, fruto de um processo violento de roubo e grilagem. Muitos descendentes deixaram a área e aqueles que permaneceram tornaram-se agregados dos fazendeiros “brancos” que ao longo dos anos compravam as terras.

A partir da luta dos grupos organizados e do reconhecimento jurídico do Poder Público sobre os territórios dos povos remanescentes de quilombos, inicia-se um processo de retomada, com o retorno programático de vários membros da família para ocuparem as terras, que consideram suas por herança.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), vinculado INMFG/Campus Almenara foi contactado em meados de 2015 por membros do Projeto “*Formulação de uma linguagem pública sobre as comunidades quilombolas*” para que pudesse levantar junto à comunidade Marobá dos Teixeira uma revisão de seu Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural elaborado antropólogo André Luis L. B. de Mattos, em 2012 já publicado pelo INCRA e resumido por Maíra Leal Corrêa, com o objetivo de tornar públicos e acessíveis os processos históricos, as origens a partir da resistência e a atual realidade de luta dessas comunidades através da elaboração de uma cartilha promovendo a afirmação de sua identidade quilombola, defesa de seu modo próprio de vida e do acesso legal destes aos territórios tradicionais que lhes pertencem.

Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da adoção de metodologias qualitativas, no intuito de captar de forma detalhada e em profundidade a complexidade das relações históricas da comunidade no processo de luta pelo seu território. Inicialmente, através do método de história oral foi realizado um encontro que contou com a participação de vários membros de todas as famílias da Comunidade; incluindo os mais velhos, para revisão do resumo do Relatório Antropológico dos Marobá dos Teixeira, usado como documento base para o resgate histórico. Muitas memórias, depoimentos, histórias que ouviram de seus pais e avós foram contados pelos quilombolas reunidos no espaço da farinha comunitária.

Num segundo encontro foi feito o levantamento das expectativas e sonhos da comunidade para o tempo futuro através da técnica de grupo focal, com perguntas geradores fomentando as discussões.

Resultados e Discussão

A abordagem feita à época da elaboração do Relatório, 2012, trazia sobretudo um relato das dificuldades enfrentadas pelas famílias, o medo e a desconfiança em relação a um futuro incerto além da expectativa de que o processo de desapropriação pelo INCRA e as decisões judiciais fossem as únicas formas de dar fim aos conflitos e trazer solução à falta de acesso aos direitos fundamentais e serviços públicos essenciais.

Em 2015, porém, os quilombolas de Marobá dos Teixeiras percebem-se sujeitos e protagonistas da própria história, lançando um olhar bem mais otimista sobre as próprias condições que, através da organização comunitária, desenvolveram consideravelmente. Hoje em dia, as famílias produzem milho, mandioca, feijão, possuem pequenas criações, formalizaram uma associação quilombola, já conseguiram através de um projeto junto à Cáritas Diocesana a estruturação da farinha comunitária, trabalham ainda com o cultivo e a panha coletiva do cacau na mata, que ainda cobre grande parte do território e que fazem questão de manter conservada. Com a coragem e determinação de quem tem garra para prosseguir até conseguirem a titulação e avançarem ainda mais com expectativas de resgate das manifestações culturais, religiosas, projetos para juventude, etc. “Espero que consigamos é ter força de vencer unidos, não vim para essa guerra para desistir.” (Liquinha, quilombola da Comunidade Marobá dos Teixeiras). Além disso, como resultado direto, foi publicada a cartilha Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras, parte da coleção “Terras de Quilombos”, lançada em Belo Horizonte ao final do ano de 2015.

Considerações

Com efeito, a mudança na autocompreensão e no reconhecimento que a comunidade tem de si mesma constituem processos-chave para a deflagração de novas ações no âmbito da organização comunitária para fazerem avançar seus direitos e promoverem o desenvolvimento da comunidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 4.887 de 20 de Novembro de 2003.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Terra de Quilombo Herança e Direito*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2005. 38 p.

INCRA\ICGPCT\NEAD; UFMG\OJB, CEBRAS, NUQ. *Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas*. Belo Horizonte: FAFICH, 2015. 18 p.

Agradecimentos

Aos membros da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras pelo tempo dedicado e pelas informações concedidas.

Ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), IFNMG/Campus Almenara e CNPq pelo apoio e fomento.